

APRESENTAÇÃO

GRAMÁTICA: HISTÓRIA, USO, ENSINO

MARIA HELENA DE MOURA NEVES*

RONALDO BATISTA**

INTRODUÇÃO

Este número dos *Cadernos de Pós-Graduação em Letras* publica estudos que tratam, em perspectiva crítica, descritiva, analítica e/ou historiográfica, de possibilidades de direcionamento teórico-metodológico da pesquisa em gramática da língua.

Em três direções se propôs esse arranjo de perspectivas da visão da gramática de uma língua natural:

1. com foco na própria entidade **língua**, já previstamente considerada em seu uso efetivo (linguagem), necessariamente vista, portanto, na sua funcionalidade;
2. com foco na historicidade de abordagens gramaticais, considerado que a visão de **gramática** tem comprovadamente uma história que acompanha uma sucessão de escolhas de uso, e, conseqüentemente, de padronizações que podem ser examinadas e avaliadas; e
3. com foco no **ensino escolar**, com certeza um importante espaço de consideração, porque se trata daquele em que a gramática da língua deixa de ser apenas “adquirida” e passa a ser “aprendida”, estando, por óbvio, sempre vivenciada.

* Professora no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). E-mail: mariahelena.neves@mackenzie.br

** Professor no Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL) da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). E-mail: ronaldo.batista@mackenzie.br

Assim, em termos amplos, que tocam a natureza em si do tema em questão, fica em foco a própria entidade **gramática**, considerada em visão funcional, porque só assim ela existe factualmente. Essa entidade constitui o arranjo da composição textual-discursiva, ou seja, o arranjo (gramatical) dos usos efetivos, e a partir daí nunca se há de perder de vista o sistema da língua, regido exatamente pela gramática.

Em uma segunda visão de língua e linguagem, é legítimo um **foco historiográfico**, sem perder de vista a língua como ela *é* em determinado momento (tanto como instrumento de comunicação quanto como sistema em função). O que se vai buscar em perspectiva historiográfica serão dois percursos: a) aquele do uso da língua, evidenciando fatos gramaticais que a mostram em um percurso e um transcurso de manifestações reveladoras de propósitos e finalidades a que ela servia em determinado momento; b) aquele do conhecimento elaborado sobre a língua em um instrumento linguístico como as gramáticas, vistas como veículo de ideias linguísticas historicamente circunscritas.

Completa esse triplo enfoque da língua em uso a visão do **ensino de gramática** nas escolas, já que a entidade **língua** é peça do partilhamento social contínuo da comunidade à qual se oferece o espaço escolar.

A seguir, especifiquemos esse arranjo de perspectivas da pesquisa em gramática, em uma reflexão conduzida dentro de uma universidade que trata das Letras.

A GRAMÁTICA COMO “ENTIDADE”, E FUNCIONALMENTE VISTA: SISTEMA E ATIVAÇÃO DO SISTEMA (LINGUAGEM)

Do mesmo modo que só existe língua a ser examinada se houver linguagem efetiva, assim também a linguagem só se efetiva se houver ativação de um sistema (linguístico) específico que regre essa colocação da língua em função. Ora, as línguas têm regularidades sistêmicas que as pesquisas precisam saber estabelecer, dirigindo o olhar, por exemplo, para as funções (ou metafunções) da gramática na produção dos enunciados.

O sistema da língua, como já se apontou na Introdução, “rege” absolutamente o seu uso. A partir daí, a pergunta é: o que representa, em termos operacionais, pôr os alunos a pesquisar a gramática da língua? E já podemos começar dizendo que a falta de saber exatamente o que é isso costuma dominar todas as fases do trabalho... a começar pelos livros didáticos.

Mas para isso há a ciência da linguagem: a Linguística! E lembramos que investigação em Linguística e em Gramática não se estranham; pelo contrário, pois, sendo a Linguística a “ciência da linguagem”, ela abrange a gramática pela qual a língua se ativa para produzir linguagem. Essa direção das considerações faz ver a gramática como a reguladora dos processos que montam a constituição básica dos enunciados: a) parte-se da predicação (o cerne do discurso); b) que exige seus argumentos estabelecendo os referentes implicados (os objetos de discurso); c) e fecha-se na junção dos textos (semântica e sintaxe) que os falantes trocam entre si na linguagem (pragmática). É assim que se pode percorrer a montagem dos constructos linguísticos que darão conta dos sentidos e dos efeitos pretendidos, em vista de tal ou tal contexto de uso, seja o sociocultural, seja o daquele determinado episódio de linguagem. Tudo isso é a gramática da língua que faz, para estabelecimento da interação linguística (e a Linguística explica).

Já fica certificado que a gramática da língua assim considerada em nada se relaciona com exercitações que costumam ser empreendidas no varejo, como grifar substantivos, classificar advérbios ou “ocultar” sujeitos. Considerar legitimamente as atividades de exercitação gramatical relacionadas a produções linguísticas em uma determinada língua constitui o modo de ir à funcionalidade dos termos e dos constructos, nas produções, as quais só ocorrem na coparticipação de falantes humanos que interagem. É língua em função.

Exatamente por essa legítima visão da língua como instrumento sociocultural das comunidades de falantes, em todos os planos da visão gramatical, há a ressaltar a necessidade de atenção a padrões e normas naturalmente existentes. Vai-se por aí, ainda, à necessidade de uma visão científica para aquilo que é “normal” e aquilo que é “normatizado” na gramática da língua. Essa é uma questão essencial dentro do espaço escolar, que é um dos espaços mais representativos do (natural) regimento social da linguagem.

A HISTORICIDADE DA LÍNGUA E DA GRAMÁTICA

Trata-se, aqui, de revelar a nem sempre considerada historicidade da gramática como instrumento linguístico (aquele que vai tratar de fatos e unidades de um sistema linguístico e seu uso) e da língua em suas contínuas transformações (operadas pelos falantes) no eixo histórico.

Duas perspectivas, portanto, estão em jogo: história da língua e história da gramática.

A primeira dessas perspectivas procura captar a língua em funcionamento em diferentes tempos históricos, contemplando, desse modo, processos que dizem respeito a arranjos gramaticais que acabaram (e acabam) por configurar características linguísticas específicas de períodos da história de uma língua.

A segunda dessas perspectivas observa o saber linguístico em outra dimensão: uma metacientífica. Ou seja, o foco de interesse se desvincula da língua e seu uso e volta-se para o conhecimento linguístico elaborado em um tempo e por certos agentes (gramáticos, em nosso caso). Como se produziu um conhecimento linguístico em uma tradição histórica? Com quais objetivos e métodos se descreveu, se normatizou, se ensinou uma língua? Questões como essas constituem a preocupação daqueles que estudam a história da gramática.

A GRAMÁTICA NO ENSINO DE LÍNGUA

Não é necessária muita argumentação para que se assegure que ensinar eficientemente a língua, e, portanto, a gramática, é, acima de tudo, conduzir a reflexão sobre o funcionamento da linguagem, e de uma maneira, afinal, óbvia: indo pelo uso linguístico, para chegar aos resultados de sentido. Afinal, as pessoas falam – exercem a faculdade da linguagem – para produzir sentidos, e, desse modo, estudar gramática é pôr sob exame o exercício da linguagem, o uso da língua, afinal, a fala e a escrita. Isso significa que a escola não pode criar no aluno a falsa noção de que falar e ler ou escrever nenhuma relação têm com gramática. Ou que só o tal de “certo” e “errado” são as categorias gramaticais aproveitáveis.

Há uma primeira “lida” com a gramática na escola, que é a referente à própria produção e recepção dos enunciados linguísticos, uma produção cientificamente regida por um determinado sistema, já que é, segundo as “regras” do sistema, de uma língua que se produz linguagem. E já de início há de ser estabelecida como peça legitimamente representativa da linguagem o “texto”, ou seja, aquilo que é “tecido” para cumprir as funções da linguagem humana.

Mas não acaba aí o que se tem a dizer sobre gramática na escola, e especialmente nós, professores de universidade, ainda temos, imperiosamente, um segundo “compromisso”, que diz respeito a dar aos alunos condições de saber

tratar a língua (e condições de ensinar a tratar a língua), e bem fundamentadamente, como objeto de estudo. Trata-se, agora, de pôr a linguagem e a língua como ponto de reflexão e de análise, o que requer ainda mais ciência, porque a ativação do sistema se contextualiza na comunidade em que os usuários se inserem, envolvendo todo o complexo desse perfilhamento a que em geral nos referimos tão banalmente como “comunicação”.

Na universidade é imprescindível, pois, que professores e alunos (necessariamente já pesquisadores) munam-se desse conhecimento linguístico científico em dois níveis: 1) como regramento da produção natural em uma determinada língua; 2) como objeto de análise e de estudo escolar. Tudo a fim de preparar os que se estão formando, e poderão vir a ser professores, para também ter condições de comandar a atividade de pôr a língua como objeto de estudo, com ciência.

OS TEXTOS DO DOSSIÊ

Este dossiê traz um artigo para cada um dos eixos de interesse previstos e expostos nos itens 1-3. Desse modo, apresentamos aos leitores possibilidades de análise e reflexão sobre a gramática em suas instâncias descritiva (com o foco no uso da língua), histórica e didática.

O artigo “Um olhar funcionalista para o adjetivo em função de adjunto adnominal em notícias e suas respectivas manchetes” recorre ao aparato do Funcionalismo Linguístico para avaliar o comportamento funcional do adjetivo em função sintática de adjunto adnominal, observado em notícias de jornal *on-line*, assim como em suas manchetes. Discordando do entendimento historicamente verificado em lições correntes de que o adjetivo, nessa função “acessória”, não tem relevância, a argumentação se propõe a refutar essa visão, empreendendo uma análise funcional que recorre aos princípios da iconicidade e da informatividade. Nas conclusões, considera-se que o estudo permitiu verificar que o adjetivo, nessa função, mostra-se relacionado ao propósito do enunciador e à situação comunicativa, configurando-se, pois, como imprescindível à construção textual.

O artigo “Ortografia, genitivo e composição na gramática de Anchieta (1595): o caso de [m], [mb] e [p] na língua tupinambá” insere-se na gramatografia, filiada a um projeto de Historiografia da Linguística e a um grupo de

pesquisa com interesse também filológico como parte da análise historiográfica. Propõe-se como objeto de exame, especificamente, a alternância dos fonemas [m], [mb] e [p], e seus valores específicos na língua tupinambá, conforme a descrição de Anchieta. Discute-se, inicialmente, a ortografia, a pronúncia e o marcador de posse na gramática de Anchieta e centralmente confronta-se o conceito de ortografia de João de Barros (com o cuidado de verificação na *Tycho Brahe Platform* da Unicamp) com a visão do jesuíta. A conclusão destaca a importância da gramática de Anchieta como registro do desenvolvimento do pensamento linguístico na América portuguesa quinhentista.

O artigo “A marca pretérito perfeito e sua invariância nas páginas *Educa Mais Brasil* e *Brasil Escola*” parte de uma crítica à escola, que tradicionalmente vem passando aos alunos a noção de que a marca ‘pretérito perfeito’ refere-se a um “feito passado já concluído”. Nesse sentido, são analisados enunciados em um *corpus* constituído de frases retiradas das páginas *Educa Mais Brasil* e *Brasil Escola*, domínios da *internet* utilizados como instrumentos de aprendizado por alunos do ensino básico. O objetivo é demonstrar a complexidade aspectual dessa marca modo-temporal a partir da teoria das operações enunciativas, considerando que esse aparato teórico permite demonstrar que o pretérito perfeito não se encontra sempre como marca estável, no que tange à sua significação de passado já concluído. Seu estudo exige, pois, que se considere não somente a marca verbal, mas todo o enunciado.

CONSIDERAÇÃO FINAL

Colocar em pauta de reflexão (consequência das análises nos textos deste dossiê) a **gramática** em três perspectivas confluentes reforça a necessidade da discussão sobre uma temática tão presente em considerações sobre a linguagem verbal, mas ainda tão mal compreendida. O que se procurou nesta edição dos *Cadernos de Pós-Graduação em Letras* foi oferecer aos leitores uma via de acesso a um pensamento crítico sobre o modo como vimos compreendendo uma língua e seus fenômenos, sem descuidar do alerta de que é preciso modificar muitas de nossas visões preconcebidas a respeito de como descrever, analisar e ensinar uma língua.